

1932: Imagens construindo a História, de Jeziel de Paula. Campinas/Piracicaba, Editora da Unicamp/Editora Unimep, 1998.

Suzana Barretto Ribeiro*

As interrogações sobre as possibilidades do uso da fotografia pela pesquisa histórica aumentaram consideravelmente nas últimas duas décadas no Brasil e, sobretudo, na França e nos Estados Unidos, reforçando as tendências voltadas para a abordagem de novas temáticas e de modos inéditos de trabalhar com fontes históricas até recentemente desprezadas ou pouco consideradas. Essas reflexões têm em comum o fato de serem desenvolvidas em grande parte por fotógrafos inquietos que buscam razões para a análise da fotografia não mais somente no campo da estética, mas também no da história.

A trajetória de Jeziel de Paula não foge à regra; na primeira oportunidade – o livro é resultado de sua dissertação de mestrado apresentada no Programa de pós-graduação em História Social da Unicamp – o autor, que também é fotógrafo, focaliza sua preocupação em um aspecto pouco explorado na bibliografia existente sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, ou seja, na análise das imagens fotográficas e de seu uso, com o intuito de questionar e relativizar algumas visões interpretativas amplamente aceitas sobre o evento.

A abordagem é instigante e polêmica. A utilização da fotografia como instrumento de propaganda política já havia suscitado inúmeros questionamentos por parte dos historiadores; desde a cobertura fotográfica, pioneira no gênero, realizada por Roger Fenton durante a Guerra da Criméia, as utilizadas para divulgar a Segunda Guerra e a Guerra Civil Espanhola, todas

* Doutoranda em História Social pela Unicamp.

evidenciavam forte comprometimento político e a preocupação em manter, por meio da veiculação de imagens rigorosamente selecionadas, o controle e o apoio da opinião pública.

No Brasil, o tratamento dado às imagens durante a Revolução Constitucionalista de 32 não foi diferente, como já havia sido detectado por Pedro Vasquez, fotógrafo e historiador da fotografia brasileira, na obra *Revolução de 32: a fotografia e a política*, que é agora complementada pela exaustiva pesquisa apresentada por Jeziel de Paula.

O caminho percorrido por Jeziel é preciso. Numa visão analítica, decompõe a realidade para reformulá-la em exemplos, provas e amostras, como uma “lição de advertência”, deixando claro que a documentação é algo essencialmente artificial, uma construção da realidade. Ao iniciar a trajetória mediante a realização de uma análise minuciosa daquilo que é por ele denominado de *imagens contraditórias*, o autor propõe uma reinterpretação da versão elaborada pelos vencedores, pela própria historiografia e pelos constitucionistas.

A hipótese aventada pelo historiador confirma uma preocupação deliberada dos envolvidos no processo em ocultar imagens que pudessem despertar na população uma consciência inconveniente ou contrária à causa, tanto por parte dos constitucionistas quanto por parte daqueles que apoiavam o governo ditatorial de Vargas. As fotografias veiculadas na imprensa pró-Governo Provisório apontam para a preocupação em caracterizar o movimento como manifestação regional; a confirmação é dada pela ausência de imagens que viessem denunciar manifestações civis ocorridas fora do estado de São Paulo. Por outro lado, o autor constata que a imprensa constitucionista propagava, de forma intensa e criativa, imagens cujo intuito era mostrar a adesão das massas, minimizar os efeitos dos confrontos e arregimentar uma crescente legião de voluntários.

A pesquisa, ao evidenciar as razões da edição das imagens (seleções, cortes e exclusões), ultrapassa os limites daquilo que nos é dado ver. Nas pistas e vestígios encontrados nas fotografias, o autor se propõe a analisar também o emprego de legendas enganosas e de uma grande produção de

fotomontagens que novamente irá revelar as práticas, os artifícios e as estratégias utilizadas para manutenção dos discursos.

Ainda no capítulo dedicado à manipulação da imagem, merece ressalva o desafio enfrentado pelo autor ao refletir sobre as possibilidades e os efeitos da manipulação digital, tema ainda pouco abordado pelos especialistas no assunto, menos ainda pelos historiadores, mesmo após diversas polêmicas provocadas pelo uso abusivo, sobretudo pela imprensa, desse sofisticado artifício utilizado para modificar ilimitadamente a imagem original.

A preocupação com o referencial teórico-metodológico para justificar a utilização da fotografia como fonte documental está presente no decorrer do livro e, conjugada aos conhecimentos técnicos do autor, possibilitou uma análise complexa e rigorosa.

Cabe lembrar, porém, que a espetacular precisão conferida à fotografia durante quase toda sua existência remete à idéia de impessoalidade, de reprodução automática e mecânica do universo, supostamente excluindo as marcas da existência de um autor e também, no caso da imprensa, de um editor de imagens. É necessário considerar que os produtores de imagens estão sempre submetidos a ações de campos de influências, filiações, referências, códigos de leitura e de determinações sociais. Nesse sentido, seria importante acrescentar alguns referenciais teóricos já estruturados e autores que abordam importantes questões metodológicas, tais como Rosalind Krauss (*Le photographique: pour une théorie des écarts*. Paris, Macula, 1990) e Régis Durand (*Le temps d'image: essai sur les conditions d'une histoire de la forme photographique*. Paris, 1995). Essa relação, que mereceria ser considerada em todo seu potencial, não é esboçada, e seria o caso de indagar o quanto esses desdobramentos, com o apoio de uma fundamentação teórica fornecida por Peirce e Dubois – autores com os quais Jeziel dialoga –, poderiam constituir uma contribuição ainda maior para a análise das representações.

No capítulo “Imagens de Revolução”, o autor retoma os antecedentes que levaram à Revolução Constitucionalista de 32, situando as divergências

existentes nas correntes interpretativas – “para os detratores, a Revolução de 30 não passou de mais um golpe em meio a tantas quarteladas de que a América Latina sempre foi palco; já para os apologistas, representa o começo de uma nova era e a instauração da liberdade e da democracia – o verdadeiro início da República e até mesmo da nação” (p. 58). Para compreender melhor a Revolução de 30, o autor se interroga, por um lado, sobre os eufemismos criados pelos detentores do poder na época e sobre como esse discurso foi reproduzido por grande parte dos historiadores do período; por outro, sobre a forma como segmentos sociais favoráveis à ditadura atribuíam ao termo uma conotação enaltecida do regime.

Nas reflexões desenvolvidas por Edgar De Decca em *O silêncio dos vencidos* são identificadas, nas interpretações oficiais da Revolução de 30, as formas pelas quais o discurso do poder exerce sua dominação ao se apropriar de uma linguagem revolucionária, definindo não só os inimigos do regime, mas também delegando ao Estado o papel de único representante legítimo dos ideais nacionais. Jeziel, ao confrontar fontes iconográficas com as interpretações históricas predominantes, em concordância com a análise de De Decca, vê confirmada a apropriação da imagem articulada pelos interesses de dominação e autoriza uma leitura oposta às interpretações anteriormente predominantes na historiografia brasileira.

No capítulo “Imagens da mobilização”, a análise de centenas de fotografias e de vasta documentação escrita de segmentos antagônicos irá confirmar a hipótese de adesão voluntária de diversas parcelas da sociedade envolvidas no movimento pró-Constituição, e em número superior aos propostos pelas interpretações historiográficas predominantes.

Mas o autor não se contenta apenas com os dados quantitativos, questiona-se também sobre a composição do voluntariado, e encontra uma extensa documentação referente à mobilização dos trabalhadores fabris em apoio ao movimento, apesar dos apelos das lideranças partidárias que, em determinadas facções, sinalizavam para a neutralidade perante o movimento constitucionalista e, em outras, para o apoio à ditadura do Governo Provisório.

Explorando a fotografia de maneira crítica e sistemática, oferece ainda um panorama dos esforços demandados pela guerra – a improvisação das indústrias paulistas para se adaptarem à produção de aparatos bélicos; a participação ativa de crianças, artistas, intelectuais, membros das colônias de estrangeiros radicados em São Paulo; a cooperação decisiva da mulher no apoio assistencial e logístico aos acontecimentos; o silenciado envolvimento da comunidade negra em favor do ideal de democratização. Essa perspectiva abrangente é complementada pela análise de imagens que captavam o cotidiano nos *fronts* durante os 85 dias de guerra.

A maior virtude desse minucioso trabalho investigativo que conjuga o uso da iconografia com o auxílio e o confronto com outras fontes documentais é a realização de um inventário crítico e o exame das informações em jogo, oferecendo-nos uma abordagem ampla e consistente, capaz de renovar a perspectiva interpretativa em torno da Revolução Constitucionalista de 32.